

## **LEI ORDINÁRIA Nº 1.741, DE 22 DE MARÇO DE 2023.**

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com a Associação Hospitalar Belizário Miranda de Lajinha/MG e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus vereadores aprovou a presente Lei:

Art. 1º. Em conformidade com o permissivo estabelecido nos artigos 196 e 197 da Constituição Federal, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação Hospital Belizário Miranda, entidade sem fins lucrativos e de utilidade pública municipal, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 21.073.234/0001-39, localizada na Rua José Rodrigues, nº 582, Sagrada Família, cidade de Lajinha/Minas Gerais, pelo período compreendido entre o 1º (primeiro) dia do mês de janeiro de 2023 aos 31 (trinta e um) dias do mês de dezembro de 2023.

Art. 2º. Para atender os objetivos do termo de colaboração de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação Hospitalar Belizário Miranda no valor de R\$948.000,00 (novecentos e quarenta e oito mil reais).

§1º. O pagamento será efetuado por repasse imediato de R\$158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais), referente aos meses de janeiro e fevereiro e o restante em 10 (dez) parcelas de R\$79.000,00 (setenta e nove mil reais) dia 10 de cada mês, iniciando-se em 10 de abril e findando-se em 30 de dezembro do corrente ano, podendo o mês de dezembro ser pago em até 10 de janeiro do ano seguinte.



§2º. O auxílio financeiro de que trata o *caput* deste artigo destina-se, exclusivamente, à cooperação técnica e administrativa para custeio das seguintes despesas:

I – cirurgias eletivas;

II – atividade de prestação de serviços de saúde, incluindo obstetrícia, clínica médica, pediatria e cirurgias eletivas em favor de pacientes do SUS (Sistema Único de Saúde);

III – disponibilização de espaço físico e equipamentos para diagnóstico de imagem e funcionamento do Pronto Atendimento Municipal – PAM;

IV – despesas gerais pertinentes ao atendimento médico.

V – São obrigações e responsabilidades da conveniada:

a) Fornecer todos os equipamentos, materiais e pessoal disponíveis no Hospital para a prestação dos serviços objeto do presente;

b) Prestar os serviços relacionados no Convênio a ser firmado pelas partes, de forma a oferecer atendimento adequado e condigno à população Lajinhense, especialmente as parturientes através do atendimento do Médico Obstetra de Plantão, após triagem realizada pela equipe médica do PAM;

c) Apresentar relatório dos procedimentos abrangidos pelo presente Convênio com identificação dos usuários, no prazo da prestação de contas;

d) Contratar e gerenciar os profissionais suficientes que prestarão os serviços objeto do convênio;

e) Os profissionais que estiverem de Plantão na modalidade de sobreaviso deverão permanecer no município para atendimento imediato das chamadas, especialmente para prestar atendimento às parturientes;

f) Prestar os serviços 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos 7 (sete) dias da semana;

§3º. A conveniada se obriga a prestar contas, em até 60 (sessenta) dias após o recebimento de cada parcela, a aplicação dos valores repassados, mediante apresentação dos documentos relativos aos valores aplicados. Ficando o repasse da parcela subsequente condicionado à aprovação da prestação de contas apresentada pela Conveniada.

§4º. A rejeição de contas implica em devolução da importância repassada.



§ 5º. Quanto aos serviços de obstetrícia, fica proibida a transferência de parturiente, sem justo motivo.

§6º. Fica autorizado a Prefeitura Municipal descontar as despesas com a transferência da parturiente ao Hospital de Referência, sem justo motivo, devendo ainda, ser tal justificativa ser confirmada pelo Médico que aceitar a transferência da mesma.

Art. 3º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias previstas no orçamento municipal vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de janeiro de 2023.

Art. 5º. Revogas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (20/03/2023).

**ALEXANDRE DAMON DE SOUZA SILVA**  
Presidente

SANCIONADA PELO PREFEITO MUNICIPAL JOÃO ROSENDO AMBRÓSIO DE  
MEDEIROS EM 22/03/2023.

